

**REGULAMENTO**  
**HORTA SOCIAL “A RAIZ”**

## NOTA JUSTIFICATIVA

A Horta Social “**A RAIZ**” constitui-se como uma Resposta de Transição a implementar no âmbito do Modelo de Intervenção Integrada do Concelho de Ourique (MII).

As respostas de transição constituem-se como um conjunto de medidas que funcionam como plataformas de apoio à mudança da família/indivíduo. Devem, proporcionar à família/indivíduo um conjunto de experiências que permitam o desenvolvimento de competências em contexto real e com tutoria e ser ajustadas ao perfil de cada família/indivíduo.

A Horta Social “**A RAIZ**” pretende proporcionar um contacto com a terra e a prática da horticultura como actividade de lazer e a sensibilização ambiental. Por outro lado, a Horta Social “**A RAIZ**” permitirá reforçar o apoio social às famílias mais desfavorecidas, residentes no concelho de Ourique, complementando as fontes de subsistência alimentar das famílias e contribuindo para a melhoria das suas condições de vida.

A implementação da Horta Social “**A RAIZ**” envolve e depende de um conjunto de entidades parceiras, com intervenção na área social, que articulam através de um processo sustentado na decisão partilhada e optimização de recursos.

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objecto e âmbito de aplicação**

O presente regulamento estabelece as regras de funcionamento da Horta Social “**A RAIZ**”, bem como as condições de atribuição de parcelas aos/às utilizadores/as.

#### **Artigo 2.º**

##### **Caracterização e Objectivos**

1- A Horta Social é constituída por um conjunto em parcelas de terreno, propriedade do Município de Ourique, previamente delimitadas, cedidas aos/às interessados/as para a criação de uma horta.

2- A Horta Social localiza-se no Parque da Vila Ourique (junto ao campo desportivo de futebol) numa área de cerca de 5000 m<sup>2</sup>

3- A Horta Social de Ourique tem por objectivo:

- a) Reforçar o apoio social às famílias mais desfavorecidas residentes no concelho de Ourique;
- b) Complementar as fontes de subsistência alimentar das famílias;
- c) Proporcionar a prática da horticultura como actividade de lazer e ao ar livre;
- d) Sensibilizar a população para o aproveitamento racional dos recursos e a prática de formas de agricultura sustentável;
- e) Potenciar a utilização da compostagem, bem como sensibilizar as populações para a questão dos resíduos;
- f) Valorizar o espírito comunitário no uso do espaço comum e na sua manutenção, permitindo a partilha de experiências entre os/as vários/as utilizadores/as, e a utilização colectiva de recursos, ferramentas e materiais;

### **Artigo 3.º**

#### **Definições**

Entende-se por:

- a) **Horta Social** - unidade de terreno demarcada pelo Município de Ourique, compreendendo várias parcelas individuais afectas à criação de hortas pelos/as utilizadores/as, incluindo os espaços destinados à instalação de arrumos, espaços de utilização colectiva, caminhos de acesso, estruturas de vedação e infraestruturas de rega.
- b) **Parcela** – unidade de terreno destinada a cada utilizador/a ou conjuntos de utilizadores/as, para o desenvolvimento de culturas hortícolas, com a área de 80 m<sup>2</sup> ou outra que venha a ser afixada no acordo de utilização;
- c) **Utilizador/a** – pessoa que, após a adequada formação, cultiva e mantém a parcela disponibilizada, seguindo os princípios das boas práticas agrícolas, de convívio (colaboração com os/as outros/as utilizadores/as) e os direitos e as responsabilidades descritos neste regulamento;
- d) **Gestor/a** – a gestão da Horta Social fica a cargo da Equipa Permanente do MII.

## **CAPÍTULO II**

### **FUNCIONAMENTO DA HORTA SOCIAL**

#### **Artigo 4.º**

##### **Condições de participação**

Podem candidatar-se à Horta Social, os/as residentes no Concelho de Ourique, que se encontrem numa das seguintes situações, devidamente comprovada:

- a) Ser beneficiário/a de Apoios Sociais (Abono de Família, Rendimento Social de Inserção, Subsídio Social de Desemprego e Pensão Social);
- b) Ter rendimentos com capitação inferior ao Indexante de Apoios Sociais (IAS);
- c) Pertencer a um agregado familiar com mais de cinco elementos.

## **Artigo 5.º**

### **Gestão**

1 - A Horta Social de Ourique fica a cargo da Equipa Permanente do MII, constituída pelos/as representantes das seguintes entidades – Centro de Saúde de Ourique; Esdime; Município de Ourique; Serviço de Emprego de Ourique e Serviço Local de Segurança Social de Ourique. No processo de tomada de decisão, se necessário, o/a coordenador/a exerce o voto de qualidade.

2 – A Equipa Permanente do MII deve:

- a) Realizar o sorteio para atribuição das parcelas aos/às utilizadores/as;
- b) Assegurar o cumprimento das condições de participação, direitos e deveres dos/as utilizadores/as;
- c) Efectuar a reatribuição de parcelas, nos casos de rescisão ou incumprimento das condições de participação, pelos/as utilizadores/as;
- d) Organizar formação destinada aos/às utilizadores/as em agricultura biológica, em técnicas de compostagem e noutras áreas temáticas que se considerem úteis;
- e) Garantir que o montante resultante das cotas mensais pagas pelos/as utilizadores/as seja utilizado na manutenção dos espaços comuns da Horta Social;
- f) Proceder à gestão global da horta.

3 - A Equipa Permanente do MII, por forma a garantir princípios de bom funcionamento e de cooperação, poderá desenvolver as iniciativas necessárias à criação da Assembleia de Utilizadores/as, constituída por um/a representante de cada parcela, que reunirá com a periodicidade que vier a ser definida.

## **Artigo 6.º**

### **Condições de Atribuição das Parcelas**

1- A atribuição de parcelas será efectuada respeitando os seguintes critérios:

- a) A inexistência de candidatos/as que cumpram os requisitos definidos no artigo 4º, permitirá a atribuição das parcelas disponíveis a outros/as candidatos/as, dando preferência aos/às com rendimento per capita mais baixo;
- b) A atribuição das parcelas será realizada por sorteio;
- c) A cada utilizador/a ou agregado familiar só poderá ser atribuído uma parcela;

- d) A atribuição de cada parcela implica a celebração de um contracto de utilização;
- e) Cada parcela terá a dimensão média de 80m<sup>2</sup>, sendo que, em função do número de pessoas do agregado familiar, as parcelas poderão ser redimensionadas.

### **Artigo 7.º**

#### **Direitos dos/as Utilizadores/as**

- a) Dispor de uma parcela de terreno para a prática de agricultura biológica (hortícolas, plantas aromáticas, medicinais e condimentares);
- b) Utilizar a produção da sua parcela para consumo próprio;
- c) Doar, se assim o entender, os excedentes produzidos para projectos de cariz social do Concelho de Ourique;
- d) Regar as suas culturas utilizando o ponto de rega da sua parcela;
- e) Utilizar os equipamentos colectivos existentes no local, de acordo com a disponibilidade dos mesmos;
- f) Guardar os instrumentos e pequenas alfaias agrícolas, no espaço disponibilizado para o efeito;
- g) Receber um compostor individual a colocar na sua parcela;
- h) Frequentar as acções de formação organizadas pela equipa permanente, em agricultura biológica e/ou outras temáticas;
- i) Ter uma chave de acesso à horta.

### **Artigo 8.º**

#### **Deveres dos/as Utilizadores/as**

- a) Efectuar o pagamento de uma cota mensal no montante de 2 euros, a pagar até ao dia 10 de cada mês, na Loja Social de Ourique, sito na Rua Sacadura Cabral;
- b) Cumprir as boas práticas de agricultura biológica, utilizando apenas as técnicas e produtos aplicáveis a este tipo de agricultura;
- c) Garantir que as suas culturas não interferem com parcelas vizinhas nem com os caminhos de utilização comum;
- d) Aplicar correctamente as técnicas de compostagem;
- e) Utilizar racionalmente a água do ponto de rega;
- f) Garantir a limpeza, segurança e bom uso da parcela que lhe foi atribuída e do espaço de utilização comum;
- g) Respeitar as recomendações e indicações prestadas pela Equipa Permanente do MII;

- h) Informar a Equipa Permanente do MII sobre todas as eventuais anomalias que impliquem com o bom funcionamento da horta e com os direitos e deveres do/as utilizadores/as;
- i) Depositar todos os resíduos sólidos produzidos na sua parcela (não passíveis de compostagem), nos contentores do exterior mais próximo.

### **Artigo 9.º**

#### **Proibições**

- a) O cultivo de qualquer cultura não prevista, designadamente quaisquer espécies proibidas por lei e/ou árvores ou arbustos de grande porte (superior a 2 metros);
- b) O uso ou maneio de qualquer tipo de agrotóxicos;
- c) A entrada e circulação de qualquer veículo motorizado, sem autorização da Equipa Permanente do MII;
- d) A entrada e permanência de animais;
- e) A venda ou exposição de quaisquer produtos;
- f) A realização de qualquer tipo de queimada, fumar ou foguear;
- g) A edificação de qualquer estrutura, abrigo móvel, estufa, roulote/atrelado;
- h) A cedência a terceiros, a qualquer título, gratuito ou oneroso;
- i) O recurso a terceiros para o cultivo da parcela, com excepção dos membros do agregado familiar.

## **CAPÍTULO III**

### **CONTRATO DE UTILIZAÇÃO**

#### **Artigo 11.º**

##### **Contracto de Utilização**

A atribuição de uma parcela será formalizada através de contracto escrito a celebrar entre o Equipa Permanente do MII e o/a utilizador/a.

## **Artigo 12.º**

### **Conteúdo do Contracto de Utilização**

O contracto mencionado no artigo anterior deverá conter os seguintes elementos:

- a) Identificação do utilizador/a;
- b) Identificação e caracterização da parcela atribuída;
- c) Identificação do uso e fins a que se destina;
- d) Período de vigência;
- e) Condições de rescisão.

## **Artigo 13.º**

### **Entrada em vigor do Contracto de Utilização**

O contracto de utilização entra em vigor após a sua assinatura por ambas as partes.

## **Artigo 14.º**

### **Rescisão Contracto de Utilização**

- a) A Equipa Permanente do MII pode, de forma fundamentada, rescindir unilateralmente o Contracto de Utilização;
- b) O/a utilizador/a, salvo situações excepcionais, fica impedido/a de apresentar nova candidatura durante o prazo de 2 anos, caso se verifique o disposto no número anterior;
- c) O utilizador/a pode, a qualquer momento, rescindir o Contrato de Utilização, devendo informar a Equipa Permanente do MII com a antecedência mínima de 30 dias úteis, não podendo reclamar qualquer indemnização pela produção.



## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

#### **Artigo 15.º**

##### **Revisão do Regulamento**

O presente regulamento poderá ser alvo de alterações, sempre que se considere pertinente, sendo que as mesmas deverão ser comunicadas aos/às utilizadores/as da Horta Social “**A RAIZ**” no prazo de 10 dias úteis.

#### **Artigo 16.º**

##### **Dúvidas e Omissões**

Todas as dúvidas ou omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento serão analisadas e consideradas pela Equipa Permanente do MII, que após elaboração de parecer fundamentado, as submeterão à apreciação do CLAS de Ourique.

#### **Artigo 17.º**

##### **Entrada em vigor do Regulamento**

O presente regulamento entra em vigor no dia útil imediatamente subsequente à sua aprovação em CLAS de Ourique.

Ourique, 4 de Junho de 2014

O Presidente do CLAS de Ourique

(Pedro Nuno Raposo Prazeres do Carmo)